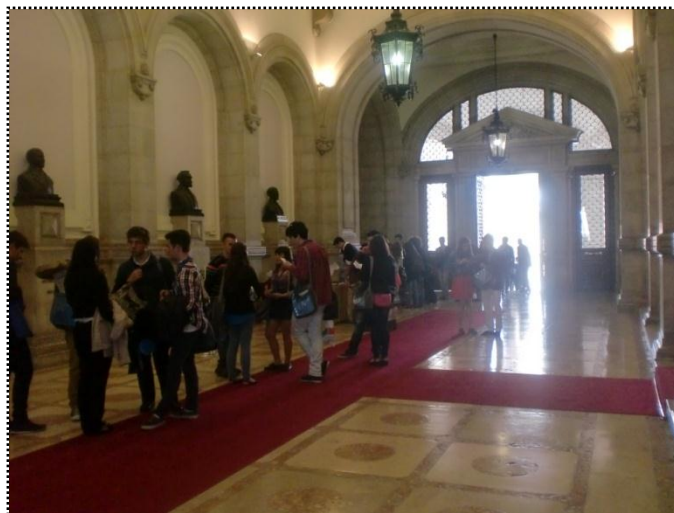


AS VOZES QUE LUTAM PELO FUTURO

Jovens do Secundário reúnem-se em Parlamento para falar do desemprego jovem

Mais um ano, jovens de cada canto da “ocidental praia lusitana” reuniram-se para mais uma vez provar a força da nossa nação, no que diz respeito à luta pelos nossos direitos. Foi na Assembleia da República que 126 deputados de Portugal Continental, Ilhas, Suíça e Timor-Leste se reuniram para arranjar soluções para um dos problemas mais dramáticos da sociedade atual, o desemprego jovem. Com o tema “Os jovens e o emprego: Que futuro?”, no dia 27 de Maio deste ano, todos eles se encontravam à porta do Palácio de São Bento preparados para encontrar uma Recomendação à Assembleia da República que prosperasse esperança na classe jovem portuguesa.

Um trabalho que começou com o diálogo entre um grupo de jovens numa escola dentro deste vasto país, onde foram pensadas, discutidas e aprovadas medidas. Um trabalho que evoluiu a nível distrital e finalmente nacional. Neste parlamento estavam os representantes das vozes mais jovens do nosso país, prontos e determinados a fazer a diferença. E por isso, a tarde de dia 27 foi, segundo a deputada Ana Rita do círculo de Lisboa, “um exaustivo mas recompensador trabalho” em comissão, onde cada Plano de Recomendação foi analisado medida a medida, e no fim as quatro comissões tinham aprovadas as medidas propostas para recomendação à Assembleia da República e aprovadas



Deputados a entrar no Palácio de São Bento

também as perguntas a fazer aos deputados da Assembleia da República.

E exemplo deste trabalho foi o da 2ª Comissão, onde estavam representados os distritos de Coimbra, Lisboa, Santarém, Portalegre, Bragança, Viseu e Aveiro, no total 32 deputados e 6 Projetos de Recomendação. Na mesa tínhamos Heloísa Apolónia (deputada do PEV) como Presidente da Mesa, o deputado Pedro Delgado Alves (deputado do PS) como Vice-Presidente e Luísa Veiga Simão, a Assessora. E às 14h14 começou a reunião com a apresentação dos projetos de recomendação, seguido de um debate onde cada deputado apenas dispunha de sete minutos para se expressar.

E passando por todas as comissões era possível de verificar que todas iam



Reunião da 4ª Comissão

tocando nos mesmos tópicos: benefícios fiscais às empresas que contratem jovens, valorização do setor primário e secundário, simplificação das burocracias que permitem a criação de empresas, medidas para motivarem o empreendedorismo entre os jovens, entre outros.

E no final do dia, o resultado eram 19 medidas e 12 perguntas. Acabado o trabalho, foi altura para o Programa Cultural, onde pudemos contar com a presença do Grupo de dança do Agrupamento de Escolas Águas Santas.

O segundo dia da Sessão Nacional do Parlamento de Jovens começa com a Abertura solene do Plenário pelo Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura José Ribeiro e Castro e o Secretário de Estado do Desporto e Juventude Emídio Guerreiro. Seguiu-se o período de perguntas que foram escolhidas em comissão para serem levadas até aos deputados que representam cada um dos 6 grupos parlamentares que se encontram na Assembleia da República. Com 12 perguntas e 6 deputados, representando os 6 partidos constituintes da nossa Assembleia, uma a uma foram sendo postas em questão e respondidas, com mais ou menos clareza, mais ou menos pertinência.

Perguntas feitas pelos jovens deputados que frequentam o ensino secundário do nosso país. Perguntas que puseram os deputados na nossa Assembleia a responder perante temas algo controversos, tais como: exames nacionais, crise económica atual, atitudes e divergências em Assembleia da República, greve dos professores, sistema educacional, uso do dinheiro público, propinas, coligações partidárias e a regionalização.

Os deputados Isilda Aguincha (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Raúl Almeida (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Pedro Filipe Soares (BE) e Heloísa Apolónia (PEV), um por um, foram respondendo às perguntas feitas pelos jovens. E defendo as ideias do partido que representavam, deitando a baixo os ideias de outros, criticando o Governo Constitucional, todos eles foram respondendo. E no final ao despedirem-se na Sala do Senado, onde decorria a sessão, dirigiram-se aos deputados apoiando as suas consciências e responsabilidades cívicas para se encontrarem naqueles dois dias a trabalhar, não só para eles mas, para todos os jovens de Portugal Continental e Regiões Autónomas.



Apresentação de perguntas a Deputados em representação dos Grupos Parlamentares na Sala do Senado

Ainda antes da hora de almoço, deu-se início ao debate da Recomendação à Assembleia da República. Todos os deputados sentados na Sala do Senado, distribuídos por círculos ouviram e fizeram-se ouvir. Enquanto fora da Sala, na Sala dos Passos Perdidos, os representantes dos Grupos Parlamentares eram questionados.

Quando o deputado Pedro Delgado Alves foi interrogado à cerca deste Projeto que junta alunos do secundário de todo o país para discutir assuntos pertinentes na sociedade atual, o deputado socialista respondeu: “É uma aposta de sucesso desde que começou a aparecer, e portanto, neste sentido, é uma aposta ganha. Eu contei há “bocadinho”, ele é apenas uma pequena oportunidade para poderem fazer participação e para verem como é que funciona e perceberem um “bocadinho” as dificuldades do trabalho parlamentar. Isto às vezes não é só trincheira, como pode parecer lá fora, as pessoas até se entendem. (ri-se) Se calhar isso não transparece muito evidentemente, mas entre todos os partidos, entre todas as pessoas que aqui estão, o fim é sempre o mesmo: é assegurar a qualidade de vida para todos. Temos é formas diferentes de pensar e de lá chegar, mas também vocês têm formas diferentes de lá chegar e pensar nas vossas resoluções. Eu acho que por aí, é um muito útil contributo.”

O mesmo deputado, quando posto em questão com a realidade que assistimos na comunidade universitária, onde existem cada vez mais desistências por incapacidade financeira, relacionando-a com o futuro no nosso mercado de trabalho, respondeu: “Esse é um dos nossos grandes problemas, nós, mais uma vez, eu há “bocadinho” lá dentro, dizia: É importante as pessoas estarem

formadas. E muitas vezes cai-se na ideia de achar que temos licenciados a mais. Não temos. Temos licenciados a menos comparativamente com os outros países da União Europeia ou com os outros países da OCDE. Portanto, estamos é a recuperar, com dificuldade, às vezes, mas estamos muito abaixo daquelas que são as qualificações dos nossos parceiros e dos nossos concorrentes. E portanto, nós às vezes achamos: houve aqui um deslumbrar e as pessoas ficaram entusiasmadas com a ideia de o ensino superior, mas isso não resolve nada. É uma ideia falsa. E tanto é uma ideia falsa, que os nossos jovens qualificados dos nossos quadros estão a emigrar, precisamente porque nem oportunidades de emprego, porque se qualificaram e expressaram as suas qualificações. Nós temos é uma tarefa difícil agora, que é a de criar condições para que regressem. E, infelizmente, é um problema que não é só das gerações mais novas, é de todas, porque os níveis de desemprego, evidentemente são assustadores para as gerações novas, estamos a falar de 40% de desemprego, mas são igualmente más e... enfim, incomparáveis com o passado para o resto da população que está nos 18%. Portanto...resolvendo o nosso problema principal, que é de crescimento, ter a economia a funcionar e não estarmos fustigados com a austeridade, o resto acaba por, eventualmente, conseguir resolver-se. Mas se não abordarmos primeiro aquele problema, tudo o resto será regar o deserto com areia... com água. Não vale a pena despejar água em cima de um deserto de areia porque não vai crescer nada.”

O Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, José Ribeiro, respondeu às perguntas dos jornalistas de todos os círculos em conferência de imprensa. Todas as perguntas focadas no mesmo assunto:

educação, crise económica e influência da crise na qualidade da educação. Uma das perguntas feitas ao deputado do CDS foi se ele não considerava que estaríamos a formar um elitismo na comunidade formada portuguesa, quando aumentamos as propinas no ensino superior. O deputado respondeu que se as propinas estavam a ser aumentadas era porque o Estado não tem possibilidades económico-financeiras para pagar tão grande parte das propinas. E que, visto que existem bolsas de estudo para os melhores alunos. Estaríamos, de certa forma, a possibilitar a entrada ao ensino superior dos melhores estudantes, garantido profissionais de melhor qualidade.



Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, José Ribeiro e Castro

Após o almoço, deu-se a conclusão do debate e votação final global da Recomendação. E de 19 medidas, das quais, 11 foram propostas para serem eliminadas. No final, das 19, ficaram apenas 10 medidas:

1. Implementação de escalonamento, ao nível de impostos, para empresas que integrem nos seus quadros 15% de jovens recém-licenciados, devidamente qualificados, promovendo o emprego jovem. Este incentivo seria anulado, caso se verificassem despedimentos, exceto despedimentos com justa causa.
2. Reduzir a TSU para as empresas exportadoras em pelo menos 4%, aliando a esta uma redução em 10% no IRC para as empresas que façam novos investimentos, atraindo o investimento direto estrangeiro imediato.
3. Fomentar a implantação do microcrédito em Portugal, lançando uma agência governamental para a avaliação de pequeno projetos empresariais destinada a fornecer indicações sobre viabilidade, grau de risco, prazos de retorno de investimento. Indicações a disponibilizar a potenciais investidores, conferindo benefícios fiscais aos investidores de microcrédito em sede de IRS (indivíduos) ou IRC (empresas), num esquema semelhante às deduções para a solidariedade social e à lei do mecenato; e criando uma plataforma digital que promova o encontro entre os candidatos a microcrédito e os potenciais investidores.
4. Atribuir benefícios fiscais a empresas (tais como a redução de IRC e de segurança social), bem como facilitar a burocracia inerente a empresas criadas por jovens e/ou que empreguem uma percentagem significativa de jovens.
5. Apostar no desenvolvimento das atividades primárias, implementando empresas nas zonas com potencial do País,

- aproveitando o uso das matérias-primas naturais, captando investimento nacional e estrangeiro, do ponto de vista do investidor, com a colaboração da associação empresarial de Portugal.
6. Deve-se incentivar à criação de associações de produtores locais, como cooperativas, as quais devem ter os seus produtos adquiridos por superfícies comerciais, que teriam assim alguns benefícios fiscais. Caso estas cooperativas possuam terrenos abandonados ou não ocupados devem, os mesmos, ser atribuídos e rentabilizados na aposta à energia renováveis, nomeadamente no desenvolvimento da energia solar, a partir da criação das hortas solares e de energia hídrica, apostando-se no desenvolvimento de barragens.
 7. Reforçar o investimento e atualizar os recursos profissionais e superiores, adaptando-os à atual realidade mundial e às necessidades dos mercados, dando maior realce às áreas em que temos vantagens competitivas (energias renováveis, economia do mar, turismo, economia florestal, produção de vinho e calçado, entre outras), que promovam o desenvolvimento sustentável do país.
 8. Sensibilizar os jovens para as potencialidades do setor primário, incentivando o rejuvenescimento das atividades ligadas ao mesmo e o regresso às áreas inerentes a este setor, desenvolvendo projetos de aproveitamento dos recursos endógenos e de mais potencialidades destes locais, utilizando para esse fim os programas já existentes a nível europeu.
 9. Promover a divulgação e coligação de empresas recém-criadas por jovens no mercado nacional e internacional, com especial destaque para os CPLP, como forma de estágio, com vista a formação de linhas de produção entre estas empresas, para que possam ser mais competitivas com o estrangeiro.
 10. Criação de parcerias entre o estado português e empresas internacionais reconhecidas para jovens trabalhadores que apresentam projetos de investimento futuro em Portugal, aos quais se atribuirá bolsas de estudo formação/estágio nessas mesmas empresas, aumentando assim a produtividade, criatividade e o empreendedorismo português.

E Encerrada a Sessão Nacional do Parlamento de Jovens pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. Os jovens deputados levantaram-se e com a mão no peito, cantaram “A Portuguesa” a uma só voz. No final, os aplausos fizeram-se ouvir pela Sala do Senado. Aplaudindo o trabalho de cada um dos 126 deputados terminou a Sessão de 2013.



Deputados na Sala do Senado no encerramento da Sessão Nacional

A deputada do círculo de Lisboa, Beatriz de Almeida Rodrigues, quando questionada sobre o porquê de ter participado nesta atividade, das vantagens de o ter feito e do papel que a mesma representa para ela enquanto cidadã, respondeu: *“Participei no Parlamento de Jovens, porque queria familiarizar-me mais com o funcionamento do parlamento português e contactar com alguns políticos do nosso país. Como vantagens, obtive: mais conhecimento acerca do problema em questão e que nos afeta pessoalmente, o desemprego jovem, e diferentes perspectivas sobre as suas possíveis soluções; mais prática na argumentação e capacidade discursiva; familiarização com o funcionamento da Assembleia da República. Enquanto cidadã, esta experiência enriqueceu-me e permitiu-me aproximar da política, o que é fundamental numa democracia.”*

À mesma pergunta, o deputado Tomás Ribeiro, também do círculo de Lisboa, respondeu: *“Os motivos que me levaram a participar no Parlamento de Jovens foi a vontade de cumprir o meu dever como cidadão, de conhecer o funcionamento do sistema político português e, se possível, ajudar a melhorar este país e por consequência a vida de todas aquelas que nele habitam. As vantagens são o facto de fazer com que olhe para os políticos como pessoas normais, como nós, que tentam cumprir o seu dever o melhor possível, apesar de às vezes o melhor possível focar aquém das expectativas. Além disso também me ajudou a perceber o funcionamento da Assembleia da República e mostrou-me que até eu, um simples cidadão, tenho uma palavra a dizer neste Portugal livre, democrático e liberal em que vivemos.”*



Deputados do Círculo de Lisboa na 2ª Comissão

Andreia Lopes